

Rhodes acha prematuro dizer que acordo país obterá

Nova Iorque — O banqueiro William Rhodes, que coordena o comitê de assessoria dos bancos encarregados de renegociar a dívida externa brasileira, disse ontem, em Nova Iorque, que ainda é "prematuro" saber se algum acordo será concluído entre os banqueiros e o Governo antes da definição do processo sucessório. Rhodes, que ontem participou da primeira reunião do comitê para discutir a chamada "fase três" das negociações, não quis também comentar as condições que estariam sendo pedidas pelo Brasil, alegando que delas ainda não tem conhecimento.

Entre as condições que o Brasil deverá pôr hoje na mesa do Citibank, em Nova Iorque, estará a renegociação, por um prazo de 14 anos, de cerca de 49 bilhões de dólares que vencem nos próximos cinco. Enquanto isso, na *World Financial Markets*, publicação do Morgan Guaranty, um dos quatro maiores credores do Brasil, o banco adverte que: "Nenhum dos países que experimentou problemas no serviço de sua dívida atingiu um estágio em que possa rolar essa dívida em condições normais de mercado e, além disso, atrair espontaneamente novos recursos dos mercados de crédito".

Morgan: "confiança"

Em sua análise da situação dos países devedores, o Morgan sugere ainda que passarão vários anos antes que os bancos readquiram a confiança e abram novos créditos substanciais a esses países. Adverte também que é importante para esses países encontrar outras fontes de fundos no exterior, "especialmente as grandes quantias de recursos de seus próprios residentes. Os credores estrangeiros e os investidores não estarão muito propensos a comprometer parcelas consideráveis de novos fundos nesses países, até que seus residentes (com capital expatriado) demonstrem suficiente confiança para trazer de volta a seus países, parte desse capital que expatriaram".

William Rhodes, numa breve entrevista, antes de subir ao 33º andar do Citicorp (na verdade o 32º, porque o banco — que é supersticioso — não tem 13º andar), onde os banqueiros se reúnem, disse que o encontro de ontem era apenas entre os representantes dos bancos, para discutir a situação financeira do Brasil e ouvir a opinião do representante do FMI (Thomas Reichmann, diretor da divisão atlântica, que estava ontem em Nova Iorque) e do representante do subcomitê

econômico que esteve recentemente no Brasil.

Rhodes: embaraço

Rhodes nada quis adiantar e chegou a afirmar que a presença do presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, não era aguardada na reunião de ontem. Para seu embaraço, Pastore apareceu justo nesse momento e Rhodes, surpreso, desculpou-se com os jornalistas dizendo que os assessores de Pastore lhe haviam garantido que os dois não se encontrariam ontem. "Eu estava dizendo para eles que há várias semanas não conversamos e portanto não sei o que o Sr tem em mente", disse o banqueiro, enquanto Pastore, sorrindo, replicou: "O Sr sabe o que eu tenho em mente".

Mas Pastore, igualmente, não quis estender-se sobre as condições que o Brasil apresentará hoje aos bancos, limitando-se a dizer, enquanto entrava no elevador com Rhodes (que ainda se desculpava) que "tudo são especulações, algumas verdadeiras, outras não".

No estudo que faz da situação dos bancos e dos principais países endividados, o Morgan começa por afirmar que hoje dois terços dos 500 bilhões a cargo dos maiores credores, são devidos por países que não foram atingidos pela recente crise ou cujo desempenho econômico superou as expectativas (notadamente o México e o Brasil).

O Banco condiciona a continuação da melhoria econômica desses países ao aumento das importações por nações industrializadas, notadamente da Europa e o Japão, cuja recuperação econômica está longe da americana. Mesmo reconhecendo o enorme déficit da balança comercial americana, o banco sugere que o mesmo não deve ser reduzido às custas de cortes nas importações de produtos dos países devedores, mas da Europa e do Japão.

Bancos: cautela

Depois de lembrar os progressos que os países devedores, como o Brasil e México, fizeram na redução do déficit em conta corrente e os ganhos na balança comercial, o banco prevê um crescimento econômico de 3,5% na América Latina em 85, com o Brasil podendo crescer até 5%. O estudo chama a atenção para o crescimento das reservas brasileiras, que estima superiores a 7 bilhões de dólares, o suficiente para financiar seis meses de importações — reservas que no final de 83 eram de 4,4 bilhões.

Ao mesmo tempo em que os países ajustavam suas economias, o crescimento da dívida reduziu-se consideravelmente — cerca de 5% este ano. Segundo o Morgan, os grandes bancos conseguiram reduzir com sucesso a relação entre seus empréstimos ao Terceiro Mundo e seu capital. Assim, enquanto nos dois últimos anos a *exposure* dos bancos nos países endividados crescia pouco mais de 10%, apenas os nove maiores bancos dos EUA aumentaram seu capital primário (que inclui reservas para empréstimos perdidos) em 25% em igual período.

Isso, em parte, possibilitou aos bancos reestruturar a dívida mexicana dos próximos cinco anos (48,7 bilhões de dólares) em 14 anos, a uma taxa de 1 1/8% acima da Libor (taxa de juros do euromercado), além de não serem cobradas taxas ou comissões pelas operações executadas. Segundo o estudo, o "Brasil deverá começar logo conversações para uma renegociação plurianual".

Sucessão: fundamental

(Apesar disso, banqueiros em Nova Iorque, embora admitam que o Brasil poderá ter condições semelhantes às do México, ainda se mostram reticentes em afirmar que será possível obter o mesmo *spread* conseguido pelos mexicanos. Além disso, persiste no ar a questão fundamental da mudança de governo. Depois de estabelecidos os parâmetros da negociação, deverão ser consultados cerca de 600 bancos, e a opinião prevalente será quase certamente esperar que a transição se defina no Brasil para fechar qualquer acordo.)

O estudo do Morgan liga o prosseguimento do desempenho brasileiro à continuidade da recuperação da economia americana pelo menos até 1990 (uma continuidade na qual muitos economistas não acreditam, prevendo nova recessão nos EUA nos próximos dois anos). No cenário "otimista" projetado pelo Morgan, o Brasil deverá chegar ao final da década com um déficit em conta corrente semelhante ao deste ano (2 bilhões de dólares) ou até com um modesto superávit de cerca de 800 milhões e com uma relação entre a dívida e as exportações variando entre 190% e 200%, uma situação na qual os banqueiros poderiam voltar espontaneamente ao mercado.